

Tempos Atuais: Desafio Desenvolver o Amazonas III

Nilson Pimentel (*)

Como em uma percepção surreal, se vive tempos de incertezas e de mudanças, porém não se acredita que isto possa alterar uma realidade cruel, pois não existe evolução dentro de vácuos de certeza.

Nesses tempos atuais a sociedade assiste com total incapacidade e impotência o sangramento do sistema econômico arrastado pela incompetência e incapacidade de um sistema político falido, no qual grassa a corrupção e maracutaias, por estar sustentado no fisiologismo do político.

E nada que o cidadão comum possa fazer para alterar o status quo, nem de sua própria vida, haja vista o imenso desemprego que atinge 14% da população economicamente ativa, o que provoca desequilíbrios socioeconômicos tão dramáticos em todo tecido social.

Assim, quando se propõem às discussões em grupos de qualificação científica de pesquisadores da área da Ciência Econômica, como no Clube de Economia da Amazônia (CEA), que em suas discussões se tem identificado um vazio na liderança, que no caso do Amazonas, se torna crucial aos processos de Desenvolvimento Econômico Regional, tanto por deficiência na prática do 'modelo mental do atraso' na gestão pública estadual e municipais, quanto por inépcia de construir um novo paradigma de gestão amazonense e até amazônico.

Quando um vazio se instala e o desequilíbrio acontece, se pode entender que a crise é quando os especuladores param de ganhar dinheiro e se isola um segmento pontual que auferem tudo, como o segmento bancário e, que na realidade, em grande parte se vive em sistemas quase desgovernados, como no momento atual.

Nesses tempos, há de se orientar esforços para mobilizar capitais intelectuais, financeiros, tecnológicos e os processos de informação para que se evolua e se transforme aquele status quo, do marasmo, da mesmice, da incompetência, na quebra de paradigmas que possa libertar a sociedade de nós que a prende e a ata suas atividades.

No caso aqui do Amazonas, sempre será um grande desafio os processos de mudanças, notadamente as situações inaceitáveis, da estagnação econômica do *hinterland* amazonense, das desigualdades de acesso ao emprego e à renda e aos processos produtivos de bens de consumo, das aplicações das tecnologias na utilização dos potenciais naturais do Amazonas, com uso na produção econômica, na contenção do desperdício que permeiam todas as cadeias da produção regional, principalmente a do pescado e de bens alimentícios primários, assim como a utilização de tecnologias da informação se pode iniciar a construção de uma nova cultura do desenvolvimento econômico regional ou um novo paradigma.

Como se está em compasso de espera, tanto para uma nova gestão governamental do Amazonas, como para início de uma gestão autárquica da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, os pesquisadores do CEA são de proposição de que se precisa adotar o bom senso como componente de uma gestão pública, além da competência técnica que se exige para construção de uma nova agenda de desenvolvimento regional no Amazonas.

A sociedade amazonense há de convir que se tenha que trabalhar em diversificadas dimensões, com enfoques econômicos, políticos, financeiros, culturais, e de espaços territoriais que encerram os 62 municípios amazonenses.

Portanto, o que se precisa nesses tempos atuais de incertezas, será a adoção de comprometimento com o futuro, com forte convergência propositiva com que todas as vantagens absolutas que encerra o território amazonense são necessárias às mudanças que tanto a sociedade amazonense almeja.

A sociedade amazonense precisa entender que nesses tempos atuais se tem que evoluir para outra forma de fazer a gestão pública no Amazonas, no objetivo de transformação daquilo que nesses últimos 50 anos não deram certo, pois ninguém irá fazer o desenvolvimento regional do Amazonas a não sermos nós, os amazonenses.

Cabem aos novos gestores introduzir, ou reforçar, as tendências de mudança, pois os processos decisórios e a busca de correções tendem à descentralização de planos e ações, uma vez que, para discussão se coloca à reflexão, os inadequados métodos da gerência pública, a inadequação dos processos decisórios e as diversas malhas críticas sistêmicas que se tem que enfrentar na administração pública.

Por outro lado, além das mudanças que se preconiza à gestão do governo estadual e da SUFRAMA, que deve enfrentar o desafio que exige um processo colaborativo, formalização de pactos por uma nova forma de gestão, evitando a continuidade dessa mesmice, que a gestão estadual permanece e, que principalmente essa autarquia transmite a sociedade.

Quando os especialistas do CEA discutem o desenvolvimento econômico regional tratam da ruptura do ciclo da pobreza e da desigualdade que implicam no deslocamento da visão tradicional do não aproveitamento racional dos potenciais naturais do Amazonas como fatores econômicos produtivos, com vigorosa tendência capaz de atrair investimentos diretos produtivos, nacionais e estrangeiros, em programas e projetos capazes de alavancar a vinda de empresas que formate e envolva uma nova governança corporativa governamental.

Com esse foco do processo da gestão pública no que se refere ao desenvolvimento econômico regional se pode ampliar uma inclusão produtiva de grandes players mundiais numa lógica de criação de emprego e renda em solo amazonense, demonstrando que são essas prioridades reais que o Amazonas precisa e que são as mais significativas para o Estado.

Nesse momento e em tempos de incertezas é indispensável o resgate da visão sistêmica, tanto do Governo estadual, quanto da SUFRAMA, objetivando estratégias que determine uma visão de longo prazo, e dos mecanismos de planejamento econômico estratégico.

O que se ressalta, na realidade, é uma nova forma de construção de outra cultura mental de pensar as questões econômicas, política, social e ambiental para o Estado do Amazonas.

É lógico que se envolva a sociedade como um todo, nesse momento de pertença, na problemática do desenvolvimento econômico regional, frente aos processos de mudanças que se busca prosseguir.

E assim, que se encara a responsabilidade de se desenvolver um estado possuidor de tantas possibilidades econômicas de aproveitamento de seu imenso potencial natural que o Amazonas possui, na forma de desafios tão grandes, mas realista.

Não será pelo fato de correntes contrárias se questionarem se haverá retornos plausíveis nessa tarefa, no entanto, faz tardar que os mandatários que governaram e os a que venha governar o Amazonas tenham que enfrentar tais desafios, uma vez que não se tem outra saída.

Para os economistas do CEA, essa forma de se organizar implica que na administração pública a boa gestão somente se consegue por meio da articulação inteligente e equilibrada do conjunto de fatores e de envolvimento dos atores interessados no desenvolvimento econômico do Amazonas.

Assim se defende que a gestão pública objetiva corresponder aos interesses de diferentes grupos que se manifestam, e supõe sistemas amplamente participativos, que se preste a uma governança participativa, os quais buscam também a ampliação da transparência de todos seus processos. É o grande Desafio!

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.